

MARCAS ARQUITECTÓNICAS DO "BRASILEIRO" NA PAISAGEM URBANA E PERIFÉRICA

As inovações arquitectónicas e decorativas da casa do Brasileiros representarão, na maior parte dos casos, uma reprodução “desfocada” de soluções formais de uma arquitectura “elegante” adoptada na construção residencial brasileira a partir de meados do século XIX mercê da actividade de arquitectos e companhias de construção europeias: um modelo onde pontuam influências da casa colonial vitoriana, soluções formais afrancesadas, misturadas com algum revivalismo de cariz italiano¹

O fenómeno do "Brasileiro" ocorrido entre a década de cinquenta do século XIX e a década de trinta do XX, acompanhou a conjuntura económica brasileira e as transformações estruturais ocorridas em Portugal, manifestadas no quadro das reformas administrativas, no reforço da estrutura viária com a construção de pontes, estradas e do caminho-de-ferro, no aumento da circulação de pessoas e mercadorias e na instalação das primeiras indústrias. Consequentemente, surgiram efeitos na estruturação social, na expansão das cidades, para além dos velhos limites medievais, ultrapassando as fronteiras muralhadas, na assunção das vilas como centro político e administrativo. Reforça-se a função simbólica dos novos agentes do poder político, vistos como homens livres e iguais perante a lei, nos novos identificadores de hierarquia, associados à instrução, ao vestuário, arquitectura e decoração das fachadas e no mobiliário, reflectindo o trânsito de modelos e a interculturalidade burguesa. Finalmente, valoriza-se a classe dirigente local, que procurava novos sinais de distinção nos novos indicadores de estatuto, legitimadores da nova ordem político-administrativa, primeiro liberal e depois republicana, nas quais se destaca a presença dos "Brasileiros", dos "torna-viagem", e dos seus descendentes. De

¹ Jorge Salazar BRAGA – *A casa do "brasileiro" e a paisagem rural do século XIX*, 1986, p. 61.

entre os emigrantes que no século XIX saíram directamente do espaço rural para o Brasil, ou depois de colocados como aprendizes de caixeiro na cidade do Porto, muitos regressavam a Portugal. Após uma longa aprendizagem e vivência no cosmopolitismo brasileiro, onde se fazem homens de negócios e apreendem o sentido da urbanidade, constroem uma casa no lugar de origem, na Vila sede do Concelho, dividindo-se entre estes lugares e as vivências nas cidades, acabando muitos deles por aí se instalarem definitivamente, às quais se aproximavam do modelo com o qual se identificavam.

A cidade de Braga teve o seu desenvolvimento na envolvência da Sé, que se definia como principal centro de referência, e encontra nas muralhas medievais os seus limites, desde sempre fortemente ocupada com edificações. Se no século XVIII surgem os primeiros sinais de ruptura da muralha, na segunda metade do século XIX, com a aceleração da actividade comercial indissociável dos "torna-viagem" a acção construtiva no seu interior forçou o derrube da muralha.

E nesta época que, no mesmo lugar das edificações pré – existentes, condicionando a continuidade da estrutura formal, surgem habitações predominantemente de tipo vertical, mantendo, contudo, a mesma função: loja no rés-do-chão e habitação do proprietário no primeiro e segundo andar.

Com o derrube final das muralhas, alarga-se o perímetro urbano, dando continuidade do velho burgo, surgindo, nos seus limites, novas edificações em velhos terreiros, dando origem a novas praças e ruas, muitas delas estruturadas pelas novas edificações.

Nos novos arruamentos surgem as casas de todos os tipos: estreitas e verticais e horizontais com fachadas simplificadas, de palácios com fachadas de tipo neoclássico, bem como a casa apalaçada de fachadas exuberantes na sua decoração. Estas implantam-se distanciadas do centro cívico tradicional, com a abertura de novas ruas, praças ajardinadas e passeio público, criadoras de novas centralidades.

Dada que a lei proibia a construção de palacetes no interior da cidade, estas casas de campo, designação pela qual eram conhecidas, vão espalhar-se

pela periferia, ladeadas por jardins exóticos, apresentando como característica formal a exibição de quatro fachadas, numa planta quadrada quase cúbica ou de numa assimetria fantasiosa.

A casa vertical corresponde ao modelo que sempre resolveu, ao mesmo tempo, as questões da natureza funcional, servindo de estabelecimento comercial ao nível do rés-do-chão e de residência nos andares superiores. É a casa popular burguesa, com duas portas: uma para o acesso à residência e outra para acesso à loja, existindo uma interior de comunicação aos dois sectores e que chegou às últimas décadas do século XX.

As casas horizontais são largas e baixas, com fachadas amplas e numerosas portas e janelas, linhas horizontais, compostas por rés-do-chão, andar nobre, aparecendo no meio da solução vertical.

O palácio é a casa nobre, originária duma classe poderosa e terratenente, que transfere o conceito da casa senhorial do campo, nas suas características de largueza de espaço, afirmação de prestígio e domínio, para a cidade, fazendo da sua residência uma espécie de solar urbano à beira da rua. Esta solução arquitectónica, no século XIX, assemelha-se, em muitos dos seus elementos, aos palácios nobres: apresenta frontões, em tímpano perfeito, truncado ou imperfeito, ou falsos frontões, incluídos na estrutura do edifício e completando a linha das suas fachadas. A divisão das fachadas faz-se, normalmente, em três corpos: um central e dois laterais (sendo o central mais comprido ou curto e saliente ou reentrante). Quando não se faz por corpos, a separação é feita por pilastras de pequena sacada, que se correspondem nos diversos andares, dando a ideia de robustez aos cunhais e à parede da frente. A divisão vertical em partes iguais aumenta a importância do edifício. Estas fachadas são lisas e rebocadas a branco, desaparecendo praticamente os motivos ornamentais, com varandas reduzidas a uma pedra linear, pilastras de pedra, verticais, a toda a altura do edifício.

As casas apalaçadas são normalmente designadas pelos proprietários pelo nome de "Vila" a que acrescentava o nome da sua própria mulher. Não sendo

um palácio na estrutura clássica, é uma construção larga e ampla e com forte sentido individualizante, aparece umas vezes ajustada aos limites das vias e outras vezes recuada. As fachadas, ora aparecem lisas, ora revestidas a azulejo. Nestas, por vezes, a fachada principal dá directamente para a via pública e as laterais e posteriores para um jardim, pátio, parque ou quinta adjacente, onde se destacam as palmeiras como símbolo da vivência no Brasil.

Em certos casos procuram uma certa proporcionalidade nem sempre conseguida, tomando-se por isso monótonas à vista, pelo que, algumas vezes, as varandas procuram aumentar a largura aparente e outras vezes as pilastras procuram acentuar a verticalidade. Noutros casos ainda, os terraços decorados interrompem a sua verticalidade.

O palacete, referido na época como a casa de campo, constituiu o objecto arquitectónico mais interessante, dado que, quer no Brasil, quer em Portugal, não podia ser construído dentro da cidade. Desobedecendo às normas que definiam a tipologia clássica para a marcação das simetrias das fachadas, o palacete apresenta-se com quatro fachadas, num exercício extremo de simetria, dando ao edifício uma forma quase cúbica. Outras vezes, marcado numa base de assentamento quadrado, a assimetria das fachadas é acentuada por torres e minaretes que lhe dão verticalidade estrutural gótica.

Os palacetes aparecem ladeados por um parque ou jardim vedado com portões de ferro, arborizado, ricamente ornamentado e decorado com lagos, painéis de azulejo e estátuas. Nas ombreiras dos portões surgem as *armas fundidas, de saliências arrogantes, entre os dois molossos de dentaduras anavahadas minazes como todos os bichos de heráldica*². O jardim toma-se exótico com *estátuas de louça, os alegretes de azulejo, os arcos feitos de cana, por onde se entrelaçaram magras trepadeiras*. Estes jardins tinham *mais fama, naquelas aldeias vizinhas, do que os jardins suspensos de Babilónia*³.

Miguel Monteiro

² Camilo CASTELO BRANCO – *Eusébio Macário*, Porto, Liv. Chardon, s/d., 7a ed., p. 50.

³ Júlio DINIS – *A Morgadinha dos Canaviais*, Porto, Liv. Civilização, 1964, p. 137.